

UNIVERSIDADE
DO RIO GRANDE DO SUL

UMA FASE EM
SUA HISTÓRIA

Unidade Geral de Desenvolvimento de Administração Central

1952-1964

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO

REITORADO DO
PROF. ELYSEU PAGLIOLI

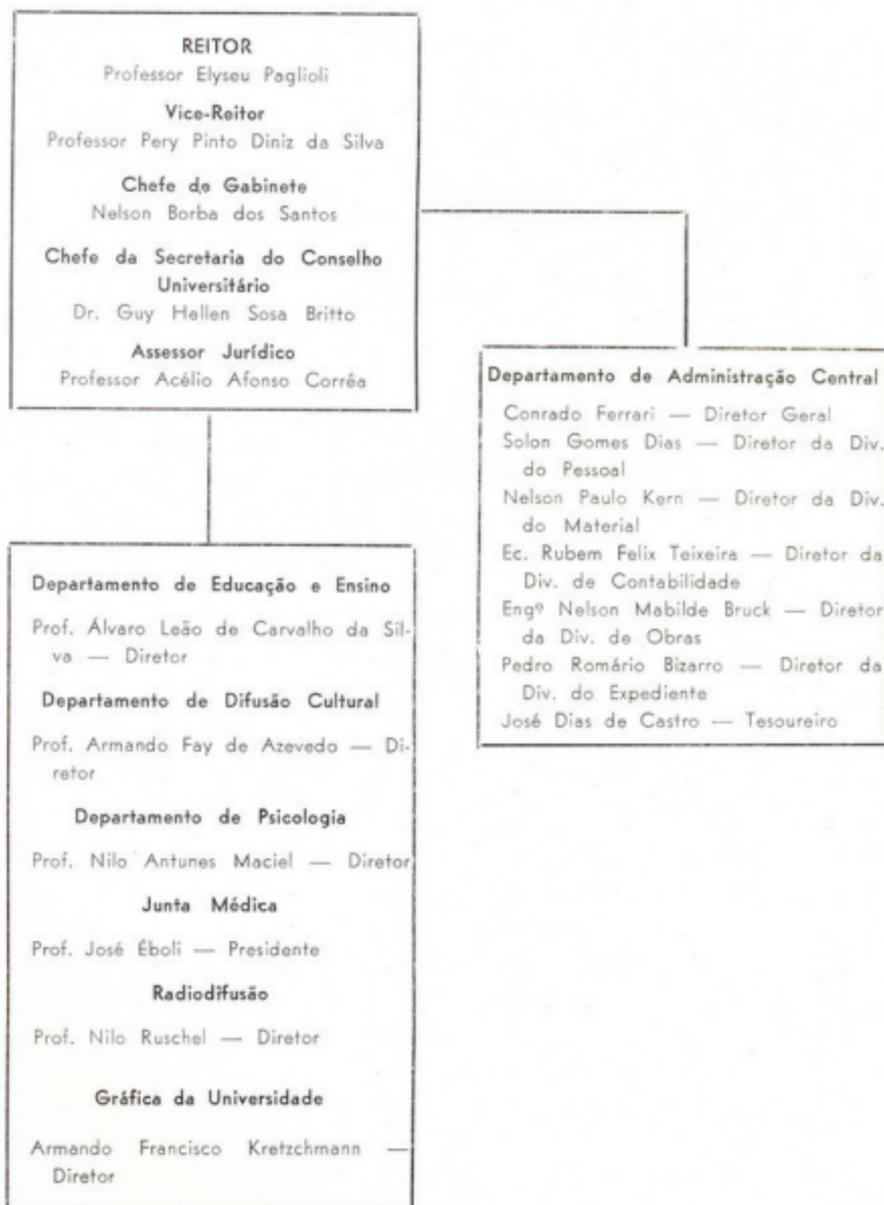
13 de Agosto de 1952

a

13 de Abril de 1964

REITORIA

Constituição



A história da Universidade do Rio Grande do Sul, quando fôr feita integralmente, terá de remontar à época que medeia entre fins do século passado e princípios do atual, quando foram fundadas as ilustres e tradicionais faculdades de Engenharia, Medicina e Direito, que foram as matrizes onde ela se gerou.

Se lhe quisermos buscar as origens legal-administrativas, teremos de partir já bem mais tarde, do ano de 1934, através da iniciativa estatal, devida à clarividência do então Interventor Federal, General José Antônio Flôres da Cunha, que a criou por decreto. Mas a parte nuclear da história da URGs, mercê de uma série de circunstâncias, não deixará de reconhecer, por seguro, o historiador, que se encontra no período que vai de 1952 a 1964, depois de sua federalização — marco decisivo nos seus fastos.

Antes, não obstante os altíssimos merecimentos pessoais e a capacidade administrativa dos Reitores que se sucederam, desde a figura consular de Manoel André da Rocha, seja por contingências ligadas aos primeiros e ainda vacilantes tempos de uma instituição por completo desvinculada das tradições locais e brasileiras (o Brasil, no seu primeiro século de vida independente ignorara a vida universitária); seja por dificuldades financeiras; seja pelos reflexos de uma época de pronunciadas conturbações para a nossa pátria e para o mundo (o «Estado Novo», a II Guerra Mundial, a queda do «Estado Nôvo», a reconstitucionalização do País);

por alguns ou todos êsses motivos, a verdade é que a Universidade ainda não tomara corpo, não se desenvolvera e não a animara o espírito que haveria de dar-lhe personalidade, fisionomia e presença, no mundo educacional brasileiro.

Foi a nós, afortunadamente, que, graças a um trabalho de conjunto, prolongado no tempo e no espaço, e contando com maiores recursos obtidos junto ao Poder Federal e em outras fontes, e com a solidariedade e a cooperação dos dignísimos membros do Conselho Universitário, das direções das Faculdades e dos corpos docente, dicente e administrativo, coube a magna tarefa de, ao longo de um decênio em que sucessos, êxitos e vitórias se alternaram com dificuldades, incompreensões e decepções, plasmar a Universidade de hoje — de que, malgrado o muito que ainda resta por fazer ou corrigir, sem sombra de dúvida nos podemos ufanar. Tranqüilamente. Sem falso ufanismo, porque a obra foi, na realidade, imensa.

Com efeito, (e é o que se vai encontrar nas páginas deste relatório de um Reitorado de mais de dez anos, e nas profusas ilustrações fotográficas que lhes documentam o texto), neste largo período, a Universidade não se expandiu e alteou apenas em área edificada, enormemente; acresceu ainda mais através de suas Faculdades, Institutos e Centros de Pesquisas, Laboratórios e bibliotecas, salões de atos e de recreação, entidades de esporte e órgãos culturais e artísticos, assistência e previdência. E do número de discentes e docentes que passou a trabalhar e viver dentro da área da Universidade.

Ai estão, já concluídos muitos e em vias de conclusão alguns, para atestarem a sua monumental eloquência, o Centro Agrônômico, o Centro Médico com seu grandioso Hospital de Clínicas e construções anexas, o Hospital de Clínica Veterinária e seu Pavilhão de Laboratórios, os muitos Institutos Universitários criados, construídos e equipados gozando hoje de fama internacional, os Restaurantes Universitários e as casas para Estudantes, a Colônia de Férias, a Rádio-Difusão, Auditório e a sede social, e todos os vastos e modernos edifícios que hoje possuem as Faculdades que an-

tes funcionavam, atravancadamente, em porões e corredores das quatro antigas construções com que apenas contava a Universidade. Hoje e amanhã certamente muito mais ainda, em todos êstes recintos e áreas se movimenta e rumoreja, nas fecundas atividades do estudo, da pesquisa, do trabalho, da recreação e da vida social, uma colossal colméia humana.

É autenticamente uma «Universidade». Uma grande Universidade, de projeção nacional e mundial, já agora, onde se acendem o espírito e a alma de uma Instituição Universitária que a levarão à grandeza e à glória, pelos séculos afora.

Para quem, como nós, teve a fortuna de contribuir para tudo isso, não poderia, em verdade, haver em tôda a vida maior prêmio.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ao Egrégio Conselho Universitário, na sua qualidade de órgão máximo da Universidade, cumpre fazer um registro especial. Exerce êle, com dignidade e eficiência, «a jurisdição superior da Universidade», nos precisos termos do art. 13 do Estatuto de nossa Instituição. A cultura, a experiência, a dedicação à causa universitária de seus ilustres integrantes se refletem nos pareceres de suas doughtas Comissões e nas sábias decisões prolatadas em plenário, as quais objetivam, exclusiva e permanentemente, os mais altos interesses da Universidade. As sessões realizadas durante o período de nossa gestão ascenderam ao número de 120, com um total de 1.376 pareceres emitidos e votados, numa expressiva demonstração da profícua atividade desenvolvida a prol da solução dos problemas fundamentais de nossa Universidade.

As Comissões Permanentes elaboradoras dêsse expressivo número de pareceres são as seguintes: Comissão de Ensino e Recursos, Comissão de Legislação e Regimentos, Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial e Comissão de Redação.

A discussão e votação do nôvo Estatuto, por outro lado, constituiu-se em mais um exemplo do magnífico espírito universitário de que estão imbuídos os eminentes Srs. Conse-

lheiros. Durante quase um mês, reunindo-se pela manhã ou à tarde e à noite, debateram e votaram o texto do Estatuto que ora nos rege e que, adaptado às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constitue instrumento altamente qualificado para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa universitários.

Declinamos, a seguir, sumamente honrado, os nomes dos atuais e ilustres integrantes do Egrégio Conselho Universitário que tivemos a honra de presidir e, ao fazê-lo, homenageamos a todos os Srs. Conselheiros que os antecederam, porque irmanados todos pelo sentimento comum de dedicação à Universidade e à causa do ensino e pesquisa superiores:

Prof. Luiz Leseigneur de Faria	— Diretor da Escola de Engenharia
Prof. Saviniano de Castro Marques	— Representante da Congregação da Escola de Engenharia
Prof. Oscar Maximiliano Homrich	— Suplente do Representante da Congregação da Escola de Engenharia
Prof. Mozart Pereira Soares	— Diretor da Faculdade de Agronomia e Veterinária
Prof. Moysés Westphalen	— Representante da Congregação da Faculdade de Agronomia e Veterinária
Prof. Gastão Dias de Castro	— Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Agronomia e Veterinária
Prof. Ary Nunes Tietböhl	— Diretor da Faculdade de Filosofia
Prof. Oscar Machado da Rosa	— Representante da Congregação da Faculdade de Filosofia
Prof. João Baptista Pianca	— Diretor da Faculdade de Arquitetura
Prof. Demétrio Ribeiro	— Representante da Congregação da Faculdade de Arquitetura
Prof. Ricardo Cauduro	— Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Arquitetura
Prof. Galeno Vellinho de Lacerda	— Diretor da Faculdade de Direito de Porto Alegre
Prof. Ruy Cirne Lima	— Representante da Congregação da Faculdade de Direito de P. Alegre
Prof. Vicente Marques Santiago	— Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Direito de Porto Alegre
Prof. Bruno de Mendonça Lima	— Diretor da Faculdade de Direito de Pelotas
Prof. José Pio de Lima Antunes	— Representante da Congregação da Faculdade de Direito de Pelotas
Prof. Antero Moreira Leivas	— Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Direito de Pelotas
Prof. Othon Santos e Silva	— Diretor da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre

Prof. Paulo Pereira Louro Filho	— Representante da Congregação da Faculdade de Odontologia de Pôrto Alegre
Prof. Luiz Carlos Guimarães	— Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Odontologia de Pôrto Alegre
Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte	— Diretor da Faculdade de Odontologia de Pelotas
Prof. Ibsen Wetzel Stephan	— Representante da Congregação da Faculdade de Odontologia de Pelotas
Prof. José Carlos Fonseca Milano	— Diretor da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre
Prof. Rubens Mário Garcia Maciel	— Representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre
Prof. Pery Pinto Diniz da Silva	— Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas
Prof. José Truda Palazzo	— Representante da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas
Prof. Armando Fay de Azevedo	— Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas
Prof. Rubem Green Ribeiro Dantas	— Diretor em exercício da Faculdade de Farmácia de Pôrto Alegre
Prof. José Vianna Rocha	— Representante da Congregação da Faculdade de Farmácia de P. Alegre
Prof. Paulo Maurell Moreira	— Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Farmácia de Pôrto Alegre
Prof. ^a Aurora M. C. Desidério	— Diretora da Escola de Artes
Prof. Aldo Malagoli	— Representante da Congregação da Escola de Artes
Prof. Pery Riet Corrêa	— Representante dos Institutos
Prof. Rubens Penha Rodrigues	— Representante dos Institutos
Prof. Alarich Rudolph Holges Schultz	— Suplente do Representante dos Institutos
Prof. Carlos Candal dos Santos	— Suplente do Representante dos Institutos
Prof. Jorge Guimarães de Oliveira	— Representante dos Professores do Ensino Superior
Prof. Jorge Honório M. Brito	— Representante dos Assistentes de Ensino Superior
Prof. Jorge Babot Miranda	— Suplente do Representante dos Assistentes de Ensino Superior
Prof. Roberto Nogueira Medici	— Representante dos Instrutores de Ensino Superior
Prof. Geraldo Kroeff de Farias	— Suplente do Representante dos Instrutores de Ensino Superior
Acad. Plínio Dentzien	— Representante do Corpo Discente
Acad. Carmen Catarina da Silva	— Representante do Corpo Discente
Acad. Amílcar Loureiro	— Representante do Corpo Discente

CONSELHO ADMINISTRATIVO

O Colendo Conselho Administrativo, «órgão técnico de função deliberativa e consultiva», foi criado pelo novo Estatuto, que nos artigos 15 a 17, regulou sua composição e atribuições. Instalado solenemente em sessão realizada a 24 de setembro de 1963, iniciou imediatamente seus trabalhos que visam a fixação de normas e supervisão de atividades administrativas da Universidade. Sua atuação vem se desenvolvendo com rapidez e segurança, através dos pareceres técnicos das 6 Comissões Permanentes que integram o órgão, Comissões essas que são as seguintes:

Comissão de Pessoal, Comissão de Obras, Comissão de Material, Comissão de Patrimônio e Orçamento, Comissão de Legislação e Comissão de Previdência e Assistência Social. O Conselho Administrativo, pois, constitui-se em mais um importante fator de progresso para a nossa Universidade, mercê dos conhecimentos e da experiência administrativa de seus ilustres membros, que, atualmente, são os seguintes:

Prof. Luiz Leseigneur de Faria	— Diretor da Escola de Engenharia
Prof. Mozart Pereira Soares	— Diretor da Faculdade de Agronomia e Veterinária
Prof. Ary Nunes Tietböhl	— Diretor da Faculdade de Filosofia
Prof. Galeno Vellinho de Lacerda	— Diretor da Faculdade de Direito de Porto Alegre
Prof. João Baptista Pianca	— Diretor da Faculdade de Arquitetura
Prof. Bruno de Mendonça Lima	— Diretor da Faculdade de Direito de Pelotas
Prof. Othon Santos e Silva	— Diretor da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre
Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte	— Diretor da Faculdade de Odontologia de Pelotas
Prof. José Carlos Fonseca Milano	— Diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre
Prof. Pery Pinto Diniz da Silva	— Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas
Prof. Rubem Green Ribeiro Dantas	— Diretor da Faculdade de Farmácia de Porto Alegre
Prof. ^a Aurora M. C. Desidério	— Diretora da Escola de Artes
Prof. José Leite de Souza	— Representante dos Institutos Universitários Autônomos
Prof. Japyr do Carmo	— Presidente da ABSURGS — Associação Beneficente dos Servidores da Universidade do Rio Grande do Sul
Acad. Plínio Dentzien	— Presidente da FEURGS — Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul

CONSELHO DE PESQUISAS

Em 31 de dezembro do ano de 1963, na 324.a Sessão do Conselho Universitário, foi homologado, por unanimidade, o ato dêste Reitor, no qual foi feita a indicação dos seis membros que comporão o Conselho de Pesquisas, Conselho êsse que é previsto no Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul no seu Artigo 60, cabendo a presidência dos trabalhos a um dos Vice-Reitores e tendo, como finalidade precípua, coordenar tôda a atividade de pesquisa técnico-científica, de nossa Universidade.

No mês seguinte, pois, foram empossados, em cerimônia realizada no Gabinete do Reitor, com a presença de três Reitores de Universidades Federais, os seis pesquisadores em efetiva atividade, nas funções de membros do Conselho de Pesquisas.

São êles os Professôres Pery Pinto Diniz da Silva, Presidente, na qualidade de Vice-Reitor da Universidade, Frederico Werner Hugo Grundig, Homero Só Jobim, Paulo Pedro Petry, José Leite de Souza, Oscar Maximiliano Homrich e Silvio Torres.

Por convocação do Sr. Presidente, o Conselho de Pesquisas reuniu-se, em sessão de instalação de seus trabalhos, no dia 17 de fevereiro de 1964, data em que foram fixadas as primeiras bases para o empreendimento que a Universidade há muito tempo reclamava: publicar a pesquisa concluída, incentivar a pesquisa em andamento e promover e incentivar a pesquisa em estado latente, com possibilidade de conceder auxílios e bôlsas de estudos.

De imediato, foi destacado um dos conselheiros para apresentar um anteprojeto do Regulamento, o que em curto espaço de tempo foi elaborado, revisado e, logo após, aprovado pelo Conselho Universitário, ocasião em que se formalizaram as diversas atribuições cometidas ao Conselho de Pesquisas.

Dando como iniciados os trabalhos do Conselho de Pesquisas, pois que um Regulamento já lhe dava essa prerrogativa, os conselheiros preocuparam-se em colher as experiências de outros órgãos congêneres, implantando uma organi-

zação capaz de suprimir o obscurantismo em que permaneciam os pesquisadores. Assim, o passo inicial se dirige a um levantamento de tôdas as pesquisas realizadas para sua devida catalogação, e possibilitar a elaboração e publicação de um catálogo de monografias.

Concomitantemente, foram indicados os conselheiros que farão, em conjunto, a elaboração de normas à concessão de auxílios para cobrir despesas com pesquisa a ser encetada, mediante apresentação do plano de projeto de pesquisa, que merecerá aprovação do Conselho; outros conselheiros farão a elaboração das normas para concessão de bôlsas de pesquisa ou de iniciação científica a diplomados, ou estudantes, possuindo, para cobertura dessas despesas, um Fundo Especial de Pesquisa de que o Conselho de Pesquisas poderá dispor, dotação essa que será bastante elevada nos anos subseqüentes.

QUADRO INICIAL

É certamente a Universidade do Rio Grande do Sul uma instituição de gloriosas tradições, pelos seus feitos e pelos homens eminentes que proporcionou à Nação. Pelos seus bancos acadêmicos passaram Getúlio Vargas, Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, Alberto Pasqualini, Francisco Brochado da Rocha, no Direito; João Ferlini, Acilino Carvalho, Coussirat de Araújo, Arí de Abreu Lima, Irio Lisboa, na Engenharia; Mario Totta, Annes Dias, Pereira Filho, Florêncio Igartua, na Medicina; e tantos outros que desejaríamos enumerar neste trabalho, para glorificar seus feitos. Em que pese seu prestígio, sua luminosa trajetória e suas grandes realizações, não possui a Universidade do Rio Grande do Sul suficientemente descritos os dias do passado nas várias fases de sua evolução. Eis porque, após um decênio de administração, nos propuzemos apresentar um relato que não traduzisse apenas cifras ou têrmos numéricos, expressivos, é bem verdade, mas vestidos de uma monotonia fastidiosa, tão peculiar à maioria dos relatórios. Procuraremos, como quem conta a história de um decênio de atividades, mostrar os resultados favoráveis e os desencantos dêsse período, ao qual dedicamos, para atingir as soluções devidas, tôda nossa pertinácia, nossos maiores esforços, nossa melhor capacidade administrativa, a que sempre se somaram constantes e profundas preocupações.

O que se fêz aí está, mas nem todos sabem porque se fêz, como se fêz e com que foi feito. As gerações que atualmente passam pelas faculdades e escolas não conheceram a precariedade de meios pré-existentes; muitos, ao contemplarem um nôvo edifício ou a construção de um instituto, apenas sabem que significa uma realização material, mas nem sempre se apercebem que êsse corpo possui uma «alma», de função altamente civilizadora e cuja geração foi motivo de sérias cogitações e de grandes apreensões e responsabilidades, e que suas finalidades sobrepassam em muito a obra material que têm diante dos olhos.

Durante êsse período de dois lustros vários foram os governos da República com os quais tivemos que manter entendimentos, todos de diferente ideologia política e seguindo as mais variadas diretrizes administrativas; todos, porém, cooperaram com o mais alto espírito e notável compreensão para o progresso da nossa Universidade.

O alheamento à política partidária, mantido com a necessária habilidade por parte da Reitoria e dos demais órgãos da Universidade, propiciou um clima de confiança e de valiosa cooperação por parte dos poderes legislativo e executivo do Governo Federal.

Seu corpo docente era heterogêneo; ao lado de cátedras sob a responsabilidade de figuras eminentes no magistério, ombreavam disciplinas mal providas ou vagas. As condições materiais estavam a exigir quase tudo, desde o prédio escolar até o material didático e o de expediente. Os estudantes careciam de assistência mais condizente, pois não havia praticamente centros acadêmicos e, muito menos, condições residenciais e alimentares. A não ser a «Casa Aparício Córa de Almeida», de caráter privado e que depois foi aumentada, bem como os centros estudantis da Engenharia e da Medicina, ambos em precárias condições, as demais Escolas e Faculdades nada possuíam para oferecer aos seus alunos. Integrantes das diversas Escolas e Faculdades pouco se conheciam; impunha-se aproximá-los e criar um ambiente de vida universitária. A pesquisa estava circunscrita a algumas tentativas da Genética. A administração necessitava consti-

tuir-se em condições que pudessem assegurar as responsabilidades de um órgão federal de tamanha importância.

A essas apreensões tôdas somava-se um ambiente conturbado por prolongadas greves e discórdias entre os órgãos superiores e os corpos docente e discente.

Já no segundo período letivo de 1952, o nosso ilustre antecessor, havendo concluído seu mandato, encaminhava à decisão presidencial uma lista tríplice, na qual estava incluído nosso nome junto a dois dos mais eminentes professores da Universidade. Getúlio Vargas escolheu-nos, atribuindo-nos essa imensa responsabilidade de remover todos os graves obstáculos e de realizar um programa de urgente necessidade: congregar os espíritos, harmonizando a família universitária; atender ao ensino, à cultura e criar a pesquisa, conclamando professores, funcionários e estudantes para uma nova jornada, dando a êstes a assistência necessária às suas altas finalidades.

Só com a graça de Deus e com a ajuda de todos quantos integravam nossa tradicional Universidade, teria sido possível realizar êsse programa.

A maior parte das Escolas e Faculdades não possuíam sequer prédio próprio para suas atividades. A falta de espaço, de equipamento e de outros meios indispensáveis às atividades de ensino, desestimulavam mestres e alunos. Lembra-mo-nos bem de uma Faculdade que andava implorando salas para as suas aulas que eram dadas em cinco prédios diferentes nas horas disponíveis de outras escolas e mesmo em estabelecimentos onde se ministrava o ensino de grau médio.



Os dois Reitores cumprimentam-se cordalmente

PRIMEIROS PASSOS

Em 13 de agosto de 1952, às 9 horas, assumimos o cargo de Reitor no Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro; e, no mesmo dia à noite, no salão nobre da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre, recebíamos do ilustre Prof. Alexandre Martins da Rosa o honroso encargo de dirigir os destinos da Universidade. Nessa solenidade havia ainda exal-

tação de espíritos. O grande salão de conferências estava completamente lotado por professores e alunos que aguardavam um pronunciamento do novo Reitor. Concluída a cerimônia, dirigentes estudantis se nos acercaram, solicitando esclarecimentos sobre sua situação de quase três meses de greve e, portanto, de faltas às aulas. «O expediente começará amanhã às 8 horas» — lhes dissemos — «quando estaremos às suas ordens». Convocamo-los para uma assembléia constituída por dois representantes de cada centro, a realizar-se no anfiteatro da sala de operações do Instituto de Neuro-Cirurgia no dia seguinte, 14 de agosto, às 8 horas.

De início, propusemos que falasse cada representante por sua vez, para que se sugerissem medidas com respeito à frequência às aulas e possibilidades sobre a realização de provas. Todos se manifestaram com o mesmo propósito: — não fazer a primeira prova parcial, considerando como assistidas as aulas e admitir a nota da segunda prova parcial como nota por inteiro, indivisível.

Não nos surpreenderam suas proposições, mas também não concordamos com elas. «Meus prezados alunos, os srs. fizeram uma longa greve que, segundo estou informado pela imprensa, visava a dar novos rumos ao ensino e à Universidade; e agora, como primeiro ato oficial, em presença do novo Reitor e por decisão daqueles que se propuseram a melhorar o ensino, sugere-se a não prestação da primeira prova parcial e, para julgamento da média final, considerar nota por inteiro apenas a nota da segunda prova?». «Além de ser uma decisão ilegal, não é ela em nada moralizadora e, portanto, contrária às manifestações dos srs. estudantes». «Não concordamos» — dissemos-lhes — «os srs. farão a primeira prova parcial nesta segunda quinzena e a frequência será contada. As faltas existentes serão computadas, menos aquelas supostas faltas, isto é, as relativas às aulas que não foram marcadas como dadas».

Concordaram, como era de esperar, aceitando a decisão do novo Reitor que iniciava seu primeiro ato como autoridade universitária.

No mesmo dia, tôdas as aulas funcionaram e, daí por diante, durante êsse longo período, os universitários nunca mais se decidiram à greve originada por motivos internos da Instituição. Apenas houve greves de solidariedade a divergências existentes na União Nacional dos Estudantes ou em outras universidades.

Em nosso discurso de posse procuramos destacar, não um programa completo, mas apontar as linhas gerais de uma dinâmica construtiva. O conagraçamento seria a base de tudo quanto se necessitasse fazer para o bem-estar e o desenvolvimento da Instituição. Insistimos muito na criação de um órgão associativo, no incentivo à pesquisa e ao setor assistencial.

Encontramos ambiente excepcionalmente favorável para a concretização dos nossos propósitos. O nosso antecessor havia ampliado o prédio da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre; acrescido mais um pavimento à Escola de Engenharia e ao Instituto Eletrotécnico; iniciado, à rua Gal. Vitorino, a Faculdade de Odontologia; e construído um pavilhão com quatro salas para aulas na Faculdade de Agronomia. Também pusera em obras a Faculdade de Filosofia e o aumento da Faculdade de Direito de Pelotas. As obras iniciadas foram concluídas logo nos primeiros dois anos de nossa gestão.

Das doze Escolas e Faculdades existentes, apenas quatro possuíam prédio próprio: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia e a Escola de Agronomia e Veterinária. Não se poderia considerar prédio escolar adequado e suficiente a uma instituição de nível superior os prédios das Faculdades de Farmácia de Santa Maria, de Direito e de Odontologia de Pelotas. As Faculdades de Farmácia, de Odontologia de Pôrto Alegre, de Filosofia, de Ciências Econômicas e de Arquitetura funcionavam em dependências da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito ou da Escola de Engenharia, tôdas estas já com extrema deficiência de espaço.

Desde logo passamos a cogitar do atendimento imediato e urgente dessas Faculdades. Trazíamos diante dos olhos a

visão da Cidade Universitária do Rio de Janeiro que há longos anos se pretendia construir, sem que, até então, algo existisse de real para o atendimento de suas escolas.

O plano Gladoche referente a Pôrto Alegre, visando a futura Cidade Universitária, havia reservado à mesma uma área de algumas centenas de hectares para além do bairro de Petrópolis, onde se situaria também o Jardim Botânico e um grande lago nutrido pelo Riacho. Já tínhamos anteriormente conhecimento desse plano e de sua inviabilidade, quando ocupamos o cargo de Prefeito Municipal e realizamos estudos sobre as possibilidades do empreendimento. A desapropriação foi considerada impraticável em face do grande número de construções já existentes sobre a área aludida. O decreto de desapropriação já ultrapassara sua vigência de cinco anos. Submetemos o caso à consideração de alguns Diretores e depois fomos ao Rio auscultar o Presidente Getúlio Vargas. Considerando inexequível, Diretores e órgãos da Prefeitura opinaram contra a referida localização. O Presidente da República logo de início nos perguntou: — «E quanto custa essa desapropriação?» — «Calculamos em mais de seiscentos milhões, Presidente» — lhe respondemos. O Chefe da Nação achou impraticável, por julgar a soma além das disponibilidades do Governo e sugeriu que não fôsse revigorado o decreto de desapropriação. As construções de emergência que então se iniciavam no centro urbano não fizeram esmorecer a idéia da Cidade Universitária. Face à grande valorização das terras naquela região e à inflação monetária, era necessário que se previsse uma outra área a ser destinada à futura Cidade Universitária. Foi então que, para fins de desapropriação, incumbimos uma comissão de ilustres técnicos e professôres para estudarem a possibilidade de aquisição de uma área nas vizinhanças da anteriormente cogitada. Foi escolhida uma gleba limítrofe às terras já existentes na Faculdade de Agronomia e Veterinária, ao longo da Avenida Protásio Alves, junto ao Morro de Santana. Lá adquirimos uma grande extensão que, somada à da Agronomia, vai a mais de 800 hectares. O preço da desapropriação variou entre 30.000 e 200.000 cruzeiros o

hectare, hoje valendo mais de 3 milhões de cruzeiros o hectare.

Antes de completar a desapropriação, convidamos uma comissão constituída pelo Ministro Simões Filho, Eng^o Horta Barbosa (ETUB), Eng. Mario Faveret (DASP) e outros para uma visita ao local, a fim de obter sua valiosa opinião. Foram todos unânimes em afirmar ser adequado o local, exaltando a sua beleza panorâmica.

Mais tarde encarregamos a um grupo técnico de arquitetos o plano-piloto da Cidade Universitária. Na primeira visita entenderam êles ser excelente o local, pelo clima salubre e pela beleza panorâmica. Após estudos e levantamento do mesmo local preferiram reestudar outro ponto do terreno.

As Faculdades de Farmácia de Santa Maria, de Odontologia e de Direito de Pelotas haviam sido incorporadas à Universidade, quando esta era ainda pertencente ao Estado.

Com essa incorporação e a sua federalização passou a Universidade de Pôrto Alegre a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul.

As Faculdades do interior, entretanto, não haviam recebido a devida assistência e se achavam em precária situação material, necessitando de urgente atendimento.

Em Pôrto Alegre, as condições materiais, especialmente as relativas a prédios escolares, permaneciam praticamente inalteradas desde 1923, ano em que foi concluído o último edifício, o da Faculdade de Medicina.

O prédio da Escola de Engenharia datava de 1900, o da Faculdade de Direito, de 1910 e o da Faculdade de Agronomia e Veterinária, de 1911. Eram êsses os quatro edifícios escolares existentes até 1952.

Com êsse lapso de quase 30 anos, sem novas construções, de um lado, e o crescimento das matrículas com a criação de novos cursos, de outro, gerou-se a difícil situação de falta de espaço e da impossibilidade de uma atividade universitária condizente com as exigências mínimas da época.

Escolas e Faculdades comprimiam-se num mesmo edifício. Na Faculdade de Medicina sediavam-se também a Es-

cola de Enfermagem e, em seus porões, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Farmácia.

Na Faculdade de Direito ficava a Reitoria com os seus setores de Secretaria, Pessoal e Contabilidade, além das Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas.

A Escola de Engenharia acolhia a Faculdade de Arquitetura. Inexistiam praticamente os Instituto Universitários.

Pensar em Cidade Universitária, teria sido protelar essa situação durante mais 10 ou 15 anos.

De posse de excelente local, no centro geográfico da cidade, com dois extensos quarteirões quase vazios, impunha-se a construção imediata de prédios escolares, laboratórios e institutos, e condições para o atendimento ao ensino, pesquisa e cultura. Para o objetivo desta, deveriam ser construídas novas áreas adequadas ao fim: sede social e auditório.

As exigências imediatas visavam proporcionar prédio próprio a cada unidade escolar, nêle compreendidos, laboratórios, anfiteatros e centro acadêmico.

Pelo menos nove edifícios escolares deveriam ser construídos com urgência. Os outros existentes reformados por terem sido construídos no começo do século e necessitarem de renovar instalações hidráulicas e elétricas, de reconstrução da cobertura, alguns mesmo, de refôrço de sua estrutura.

Mas a idéia da Cidade Universitária não foi abandonada.

Enquanto se construía nos quarteirões da cidade, providenciava-se para o fim de planejar a futura Cidade Universitária. Conforme já referimos atraz, a aquisição de área no Morro de Santana visou essa obra definitiva.

O primeiro plano-piloto foi feito sôbre o planalto dêsse Morro, o segundo no vale da Faculdade de Agronomia e Veterinária, e agora cogita-se de um terceiro no atêrro da Avenida Beira-Rio.

Nunca nos opusemos à construção de uma Cidade Universitária mas também não aceitamos viver de sonhos. A' ilusão do ótimo, preferimos fazer o bom. Eis porque as construções exigidas em 1952 foram feitas, em vez de planejar-se o que possivelmente não se teria feito.

Não foram poucos os que nos interrogaram sôbre o ca-

so: «Mas porque construir no centro urbano, se deverão realizar a Cidade Universitária? E que farão depois destes prédios?»

A resposta foi sempre a mesma: «Não desejamos que gerações de 10 ou 15 anos fiquem sem escola. Melhor ter uma faculdade aceitável agora do que um palácio para um futuro remoto. As universidades brasileiras que se decidiram pela cidade universitária ainda estão na mesma situação de precariedade. Assim acontece com o Rio e Recife que há quase 30 anos aguardam sua Cidade Universitária».

Os prédios aqui existentes, deverão ser aproveitados para um grande centro de ensino colegial. Cogita-se de utilizá-los para um Centro Cívico. Isso seria certamente irrealizável, pois que o Estado já se acha sediado na praça da Matriz com os três palácios novos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Prédios escolares não podem ser destinados a repartições públicas, mas somente a escolas.

Salas de aula, anfiteatros, laboratórios e demais especificações escolares deverão ser excelentemente aproveitados para ensino colegial objetivo e eficiente. Quando chegarmos lá, aí sim, poderemos dispensar os exames vestibulares.

Destruir escolas para adaptá-las a repartições públicas seria um ato tremendamente condenável.

R E I T O R I A

Desde a fundação da Universidade, a Reitoria funcionava no prédio da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre. Lá mantinha seu Gabinete e Secretaria, sendo muito reduzidos seus serviços administrativos, visto que, achando-se na esfera do Governo do Estado, a êste pertencia tôda a administração.

Com a federalização da Universidade, porém, deveria ela organizar seus serviços próprios. Nosso ilustre antecessor iniciou essa tarefa no ano de 1951, mas ainda muito havia que se fazer para dotar a nova Universidade Federal de um organismo condizente com suas altas finalidades e, agora, em moldes federais. Após um levantamento geral, foram tomadas as primeiras iniciativas na estruturação dos vários setores: Divisão de Pessoal, Divisão de Contabilidade, Divisão de Obras e Tesouraria, além da constituição do Gabinete e de sua Secretaria. À medida que o trabalho aumentava e as exigências cada vez maiores impunham a criação de novos setores, êstes eram instituídos. Assim foi com a Consultoria Jurídica, a Divisão de Expediente, a Divisão do Material, a Secção Financeira, o Serviço de Transporte e outros indispensáveis ao desenvolvimento da Instituição.

A Faculdade de Direito mal comportava o Gabinete e

sua Secretaria, bem como a Contabilidade e a Divisão do Pessoal. De outro lado, essa Egrégia Faculdade acolhia a Faculdade de Ciências Econômicas e a de Filosofia. Era evidente a falta de espaço.

Concluídas as obras do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, transferimos Gabinete e Secretaria para aquele edifício, onde permaneceu por três anos, enquanto providenciava a Reitoria na construção de prédio próprio no outro quarteirão universitário. Esta construção era solicitada com brevidade pela Faculdade de Direito, a fim de que a Reitoria liberasse o espaço ocupado pelos seus departamentos ainda sediados em seu prédio, cuja área era indispensável ao crescimento das atividades escolares.

O desenvolvimento extraordinário da Universidade exigia maiores e melhores condições administrativas, culturais e sociais. A centralização dos serviços administrativos, ora esparsos por vários prédios, a unidade cultural da Instituição e a vida associativa de seus professores, funcionários e alunos, em outras palavras, a integração funcional da Universidade, eram fatores que deveriam determinar a existência de prédio adequado.

Escolheu-se o local, mas neste havia um comêço de construção que fôra destinado ao prédio que acolheria o ambulatório de tuberculose para crianças. Dessa corporação era o terreno e o início da obra. Havia um contrato com firma construtora, para que, sôbre a pequena estrutura, se construísse um prédio escolar. Verificadas as condições da estrutura outrora iniciada, com peças muito pequenas, concluiu-se desde logo que não era conveniente inverter sôbre ela soma apreciável. Passou-se então a um plano maior, em harmonia com os objetivos da Universidade.

O local era bem situado para nele ser construída a Reitoria, pois sendo ela a sede de vivência social e cultural, com salão de festas e auditório — atividades que atrairiam grande número de pessoas e, por isso, exigiriam local para estacionamento de veículos — apresentava tôdas as condições favoráveis ao empreendimento.

Ao lado do Parque Farroupilha, circundado por duas

amplas avenidas e em frente a um largo enorme, seria o local ideal para o estacionamento de centenas de automóveis, sem prejudicar o tráfego urbano.

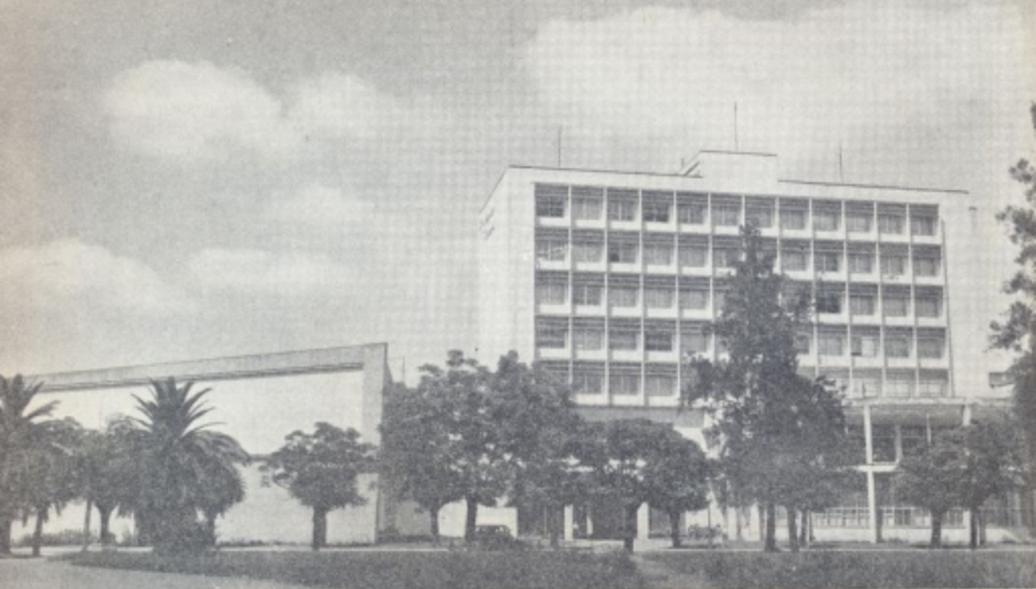
Tivemos que indenisar a firma que assinara o contrato para a construção da já superada obra, pagando-lhe Cr\$ 60.000,00. Ganhamos, entretanto, uma situação que mais tarde deveria ser aplaudida pelo povo de Pôrto Alegre.

Outrora as formaturas eram realizadas em locais acanhados onde os familiares se comprimiam ou não podiam comparecer. O maior desses locais era o da Faculdade de Medicina, mas esse também era insuficiente e perigoso, visto que a construção antiga já apresentava defeitos nas vigas; as pessoas ficavam em grande parte no andar térreo ou mesmo na rua, com justificadas queixas. A entrada e a saída eram grandemente dificultadas pela falta de espaço por ocasião das solenidades, o que ensejava, por vezes atritos e mal entendidos. Em relação às demais faculdades, a situação era muito pior. A Escola de Engenharia, por exemplo, ocupava o Teatro S. Pedro, de lotação também insuficiente, tôda vez que necessitava de local para as solenidades de formatura.

As festas e bailes eram realizados em locais públicos, prèviamente alugados, alguns dêles mal aceitos pelas famílias. Algumas delas faziam mau conceito dessas reuniões, em face do local em que eram efetuadas.

A Universidade não poderia conformar-se com um conceito que fôsse desmerecedor para os seus alunos. Doutra parte, os formandos deveriam pagar grandes somas pelo aluguel desses salões. Por todos êsses motivos, impunha-se um local associativo, onde professôres, funcionários e alunos convivessessem com suas famílias num ambiente educativo e da mais alta distinção. E esse local teria que ser, necessàriamente, em dependências do amplo edificio que a Reitoria projetava construir.

Temíamos as críticas ao realizarmos obra dessa envergadura. Talvez elas tenham surgido, mas não encontraram eco. A finalidade associativa e educativa foi de tal monta, que as vozes contrárias, se as houve, não se fizeram sentir.



Reitoria e Auditório (Iniciados em 1954 e concluídos em 1957)

No local onde hoje se ergue o belo prédio, havia uma cêrca de velhas tábuas, escondendo um matagal e servia para depósito de lixo. Aspecto indecoroso para uma cidade como a nossa. Feita a limpeza e concluída a demolição da pequena estrutura, deu-se início à obra. Fernando Lunardi fez o projeto sob os nossos olhos. Muito discutimos. Em algumas vezes foi êle e em outras fomos nós o vitorioso. Hoje é uma realidade como a havíamos sonhado: serviços administrativos centralizados; sala para o Egrégio Conselho Universitário — agora também para o Egrégio Conselho Administrativo; Gabinete da Reitoria, modesto, e sua Secretaria; Panteão, Sede Social, com três salões amplos, simples, espaçosos, sem luxo, mas encantadores; restaurante para professores funcionários e alunos; sede para as Associações e um grande auditório com capacidade para mais de duas mil pessoas, com palco de 18 metros de bôca; instalação cinema-

tográfica para 16 e para 35 mm, com dois aparelhos de origem Gaumont, com cabeças magnéticas e poço para orquestra. Ar condicionado quente e frio, suficiente para manter confortável ambiente em sua enorme cubagem e grande assistência, cuja aparelhagem serve também como laboratório de aulas para a cadeira de Física Aplicada, das Escolas de Engenharia e de Arquitetura e para cursos de especialização.

Além do Panteão, há dois Salões de Festas que servem freqüentemente para conferências, congressos, concêrtos, etc. Não raras vezes estão, auditório e salões, concomitantemente ocupados, tais as atividades culturais que hoje vivificam na Universidade. Para o uso de conferências ou concêrtos o grande Salão de Festas tem capacidade para 700 pessoas sentadas; e o menor abriga 300. Desta forma, qualquer conferência ou outra atividade cultural pode ser adequadamente atendida, de acôrdo com o número provável de assistentes.

Os estudantes da Universidade utilizam-se do Auditório e dos Salões de Festas da Reitoria, para a sua tradicional festa de formatura, a colação de grau e o seu baile comemorativo.

Nunca o Povo participara tanto da Universidade como após o funcionamento da Reitoria. Derrubamos os muros — velhos, decadentes e inexpressivos, — ao redor de todos os quarteirões. Eram muros que escondiam a Universidade; ou era a Universidade que se escondia por traz dêsses muros, afastada do povo, enclausurada na sua austeridade rotineira, sem meios, sem espaço, carente de laboratórios, de material e de estímulo por parte de professôres e alunos. Os primeiros não tinham condições com que trabalhar; os últimos nem sequer possuíam sede para se fixarem à sua escola ou viverem em comunidade num centro que lhes pertencesse.

Mas a derrubada não foi apenas material, foi muito mais do que isso, foi espiritual, passando a Universidade a ser uma instituição popular e popularizada, com seus tapetes verdes ao derredor, seus prédios novos, limpos e amplos, chamando para o seu séio estudantes, funcionários, professôres, intelectuais, militares, jornalistas, industrialistas e comer-

ciantes; famílias e crianças em sua festa natalina, para que se crie nelas a mentalidade de uma Universidade democrática; e o povo humilde aí encontra as portas abertas para se deliciar, ou com a formatura de seus filhos ou com o cinema, o teatro, a música da sinfônica ou do coral, as conferências dos Mestres e o Natal de seus familiares.

Certa vez perguntaram:

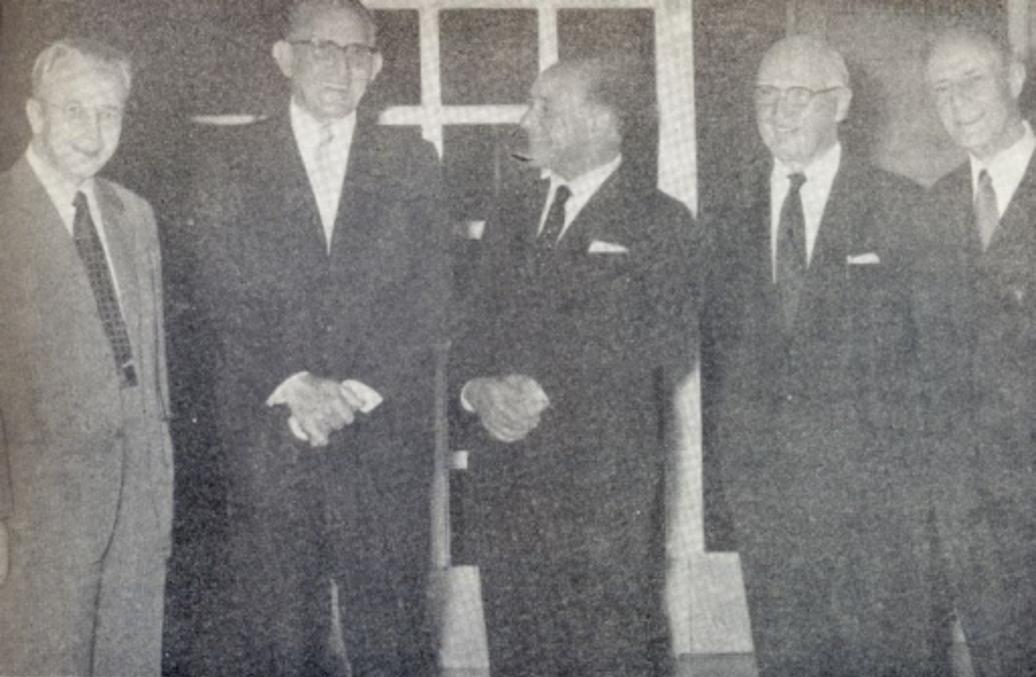
— «Para que Salão de Festas, para que êsse Auditório?»

O Salão de Festas é um laboratório de Educação, onde se gera o espírito universitário pela aglutinação de todos os seus integrantes; o Auditório é a casa que une a Universidade ao Povo, que soleniza as formaturas e que empresta à Universidade o sentido de uma austeridade simples e democrática.

Neste Auditório se realizaram cursos das mais variadas atividades culturais. Dentre êles, vale apenas citar os cursos de alta cultura para militares, sob o patrocínio do III Exército e os cursos de alta cultura para jornalistas, sob a inspiração da Associação Riograndense de Imprensa.

Aos domingos as crianças vão passear no Parque e instintivamente dirigem-se à Reitoria para tomar seu refrigerante e aí passearem. Por várias vêzes ouvimos perguntarem a seus pais:

— «Papai, esta é a Universidade? Que é Universidade? E' tão bonita, não é?»



REITORES

Desde a sua fundação possuiu a Universidade a sábia orientação de homens eminentes que a nortearam e a engrandeceram. Todos eles passaram à história desta Instituição, pelos seus altos méritos e pelo muito que a ela dedicaram em inteligência e devotamento.

A todos desejamos deixar consignada a nossa homenagem: de saudade e de veneração aquêles que já passaram; de respeito e de admiração aos que vivem conosco. Estes não esqueceram a Universidade, mantendo o calor de seu entusiasmo. Com certa freqüência nos reunimos num jantar, no Restaurante da Reitoria, confraternizando e recordando episódios passados. O quadro acima mostra o final de uma dessas reuniões, em que aparecem da esquerda para a direita: O Reitor Egídio Hervé, o Reitor Alexandre Martins da Rosa, nós, o Reitor Antônio Saint-Pastous de Freitas e o Reitor Edgard Schneider.